

JUIZ DAS GARANTIAS

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Editora CEDACS

PRÉVIA

Juiz das Garantias

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

SUMÁRIO

Capítulo I - Noções fundamentais

Seção I - Razão de ser e conceito

1. A premissa normativa
2. Conceito
3. Competência funcional por fase da persecução
4. O que o juiz das garantias não é
   4.1 Não é juiz de instrução
   4.2 Não é central de inquéritos

Seção II - O fundamento da imparcialidade objetiva

1. Imparcialidade subjetiva e imparcialidade objetiva
2. A jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos
3. A teoria da dissonância cognitiva
4. Originalidade cognitiva
5. A objeção de Pacelli
6. Reforçar a imparcialidade, não instituí-la
7. A prevenção como causa de exclusão

Seção III - Antecedentes

1. A origem no projeto de novo Código

Seção IV - A trajetória normativa do instituto

1. Por que a linha do tempo importa
2. As duas liminares
3. O veto ao § 1º e sua derrubada

Seção V - A controvérsia constitucional

1. O vício formal: processo penal ou organização judiciária
2. O vício material: orçamento e autonomia financeira
3. O que o Supremo decidiu

Capítulo II - Competências do juiz das garantias

Seção I - O caput do art. 3º-B

1. As duas responsabilidades
2. Rol exemplificativo
3. A constitucionalidade do caput e o prazo de implantação
4. O alcance sobre a investigação conduzida pelo Ministério Público

Seção II - O rol de competências

1. Controle da prisão
    1.1 Comunicação imediata (inciso I)
    1.2 Auto de prisão em flagrante (inciso II)
    1.3 Condução do preso à presença do juiz (inciso III)
2. Informação e acesso
    2.1 Ser informado da investigação (inciso IV)
    2.2 Acesso aos elementos da investigação (inciso XV)
    2.3 Requisição de documentos e informações (inciso X)
3. Medidas cautelares
    3.1 Decretação (inciso V)
    3.2 Prorrogação, substituição e revogação (inciso VI)
4. Produção antecipada de provas (inciso VII)
    4.1 A vedação da iniciativa de ofício
    4.2 Prova antecipada e prova não repetível
    4.3 O que o Supremo decidiu
5. Trancamento do inquérito (inciso IX)
    5.1 Alcance
    5.2 A objeção quanto aos atos do Ministério Público
6. Reserva de jurisdição (inciso XI)
7. Hábeas-córpus na fase investigativa (inciso XII)
8. Incidente de insanidade mental (inciso XIII)
9. Recebimento da denúncia (inciso XIV)
    9.1 O texto e o equívoco de remissão
    9.2 A declaração de inconstitucionalidade
10. Assistente técnico (inciso XVI)
11. Acordos formalizados na investigação (inciso XVII)
12. Cláusula residual (inciso XVIII)

Seção III - A audiência de custódia

1. O texto promulgado em 2021
2. A interpretação conforme do Supremo
3. A inversão promovida pela Lei 15.358/2026
4. As garantias formais do novo regime
5. Lei processual penal no tempo
6. A tensão com a regulamentação e com a Convenção Americana

Seção IV - Prazo do inquérito com investigado preso

1. A inovação do prazo com sanção

2. O prazo inicial e as leis especiais

3. A interpretação conforme

Capítulo III - Limites da competência

Seção I - Abrangência e exclusões

1. A regra e a única ressalva legal

2. As exclusões fixadas pelo Supremo

3. A exclusão acrescentada pela regulamentação

4. A crítica doutrinária às exclusões

4.1 Competência originária dos tribunais

4.2 Tribunal do Júri

4.3 Violência doméstica e familiar

Seção II - Termo final da competência

1. O texto legal e a decisão

2. Efeitos da antecipação

Seção III - Questões pendentes e reexame das cautelares

1. A correção dos marcos temporais

2. Ausência de vinculação

3. O dever de reexame

Seção IV - Os autos da fase de investigação

1. O modelo legal da exclusão física dos autos

2. A queda do modelo

Capítulo IV - Impedimento, investidura e prova ilícita

Seção I - O art. 3º-D e o impedimento

1. O que o dispositivo pretendia

2. O que decidiu o Supremo

3. Consequências da queda do caput

4. A consequência processual do descumprimento

Seção II - Investidura do juiz das garantias

1. Designação e investidura

2. Por que a troca de palavra importa

3. O juiz natural

Seção III - O juiz que conheceu a prova inadmissível

1. A regra e sua queda

2. O que remanesce

Capítulo V - Tratamento do preso e relação com a imprensa

1. O conteúdo do dever

2. A decisão do Supremo

3. Responsabilidade

4. O desfile do preso

5. O prazo de 180 dias

Capítulo VI - Implementação do juiz das garantias

Seção I - O prazo fixado pelo Supremo

1. Doze meses, prorrogáveis por mais doze

2. A inconstitucionalidade por arrastamento

Seção II - A Resolução CNJ 562/2024

1. Objeto

2. Autonomia dos tribunais

3. Modelos de organização

4. Regionalização e distância

5. Plantão judiciário

6. Capacitação

Seção III - Direito intertemporal

1. O problema

2. As duas leituras doutrinárias

3. A regra fixada pelo Supremo

Seção IV - Panorama da implantação

Capítulo VII - Reflexos sobre institutos correlatos

Seção I - O arquivamento do inquérito policial

1. A redação dada pelo Pacote Anticrime

2. A interpretação conforme do Supremo

3. O § 1º e o princípio da devolução

Seção II - O acordo de não persecução penal

Anexo I - Quadro-síntese do julgamento das ADIs

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.